



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025
(Do Sr. MESSIAS DONATO)

Solicita informações à Sra. Ministra de Igualdade Racial sobre o atraso de pagamento de funcionários terceirizados.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno, sejam solicitadas as seguintes informações à Sra. Ministra de Igualdade Racial sobre o atraso de pagamento de funcionários terceirizados.:

1. Quais são as empresas terceirizadas contratadas pelo MIR para prestação de serviços? Detalhar os contratos vigentes, incluindo datas de vigência, valores totais e condições de pagamento estabelecidas.
2. Qual o motivo do atraso no pagamento dos funcionários terceirizados da empresa R7 Facilities? Esclarecer se há pendências contratuais, financeiras ou administrativas entre o ministério e a empresas contratada que justifiquem os atrasos.
3. Qual é o procedimento adotado pelo MIR para fiscalizar os contratos com empresas terceirizadas? Informar como é realizada a fiscalização e quais penalidades são aplicadas em casos de descumprimento das obrigações contratuais.
4. Por que o repasse dos recursos para pagamento dos funcionários terceirizados está sendo executado a outros ministérios e não diretamente às empresas terceirizadas? Informar os critérios utilizados para essa decisão e a sua fundamentação legal.





5. Quais providências estão sendo tomadas para regularizar a situação dos funcionários terceirizados?
6. Existe previsão de regularização integral dos pagamentos em atraso?

JUSTIFICAÇÃO

Reportagens recentes apontam que funcionários terceirizados vinculados ao Ministério da Igualdade Racial, ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania estão enfrentando atrasos no pagamento de seus salários. Tal situação não apenas impacta diretamente a prestação de serviços essenciais ao funcionamento desses órgãos, mas ainda compromete gravemente os direitos trabalhistas desses profissionais.

A ausência de regularização imediata pode causar danos irreparáveis à dignidade e à estabilidade financeira de centenas de trabalhadores que dependem desses recursos para sustentar suas famílias. Ademais, a situação reflete problemas estruturais na gestão de contratos terceirizados, que podem gerar desconfiância na administração pública e comprometer a implementação de políticas públicas.

Diante disso, é imprescindível obter esclarecimentos detalhados para que esta Casa Legislativa possa acompanhar e fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos, assegurar a proteção dos direitos dos trabalhadores terceirizados e evitar a repetição de situações semelhantes no futuro.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado MESSIAS DONATO

